



CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA CONFLITIVIDADE SÓCIO-ESPACIAL NO NORTE FLUMINENSE.

Polyanna Barreto Apolinário

Universidade Federal Fluminense – Campus Campos dos Goytacazes
polybarreto@hotmail.com

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um levantamento teórico-conceitual introdutório, tendo como base a pesquisa “Topografias da ação: território e conflitos sociais no Norte-Fluminense” do Laboratório de Geografia Humana, cujo objetivo central é analisar os conflitos sociais no Norte Fluminense, buscando compreender as tensões, a violência e os protagonismos dessa região. Além disso, tal projeto de pesquisa terá contribuição da Comissão Pastoral da Terra, que trabalha com a temática de conflitos desde 1975, possibilitando uma melhor interlocução entre o conhecimento científico-acadêmico com as entidades que atuam diretamente no campo de lutas.

O objetivo aqui proposto é abordar elementos, mesmo que de forma introdutória, acerca da conflitividade sócio-espacial, para tanto, abordaremos os aspectos da dimensão espacial dos conflitos e os atributos que permitem melhor compreender os nuances dessa categoria de análise. Desse modo, acreditamos poder contribuir na elaboração de um arcabouço teórico que colabore para o fortalecimento de processos de luta e resistência.

2 – METODOLOGIA

Para construção desse trabalho, realizamos levantamento bibliográfico sobre a temática, consultando autores como Porto-Gonçalves (2006), Ramos (2016) e Souza (s/a), entre outros, para uma aproximação com a temática.

Posteriormente será feito um levantamento documental na página eletrônica da Comissão Pastoral da Terra, que possui vasta sistematização de conflitos. Nessa etapa, focaremos na pesquisa dos principais conflitos existentes na região Norte Fluminense no período de 2017, realizando a classificação e análise destes dados para colaborar com os diversos movimentos sociais. Cabe destacar que a sistematização e classificação se darão por meio de uso de Ficha de Identificação dos Conflitos Sociais



utilizada no Projeto “A espacialidade dos conflitos sócio espaciais no Brasil contemporâneo (2013-2016): As Jornadas de Junho e os Megaeventos esportivos”. Tal ficha contém informações a serem investigadas em relação aos conflitos, como: número de ordem para posterior identificação em banco de dados; registro da sua localização e data; sua natureza sócio-geográfica (urbano ou rural); motivo/objetivo do conflito; quem é o protagonista; formas de organização dos protagonistas; as estratégias de ação, tipo de manifestação, número de pessoas envolvidas; e a escala do conflito, da sua manifestação concreta.

Após o levantamento documental, as informações serão analisadas e sistematizadas, a fim de subsidiar a construção de mapas de conflitos, tabelas, gráficos entre outros. Cada conflito será arquivado em uma base de dados que possibilitará várias formas de análise da dinâmica dos conflitos na região, bem como a sua espacialização no Norte Fluminense.

3- RESULTADOS PRELIMINARES

Devido a recente inserção aproximação no estudo do tema, consideramos importante o levantamento teórico para melhor compreensão deste, trazendo assim uma discussão introdutória acerca da conflitividade sócio-espacial no norte fluminense.

Ao iniciarmos a discussão proposta, é importante destacar a contribuição de Porto-Gonçalves (2003) no que tange a indicação da necessidade de haver um diálogo entre a geografia e as demais ciências, objetivando a superação da divisão do trabalho científico, com o intuito de apoiar a luta contra as contradições existentes na sociedade contemporânea. O referido autor afirma que o fato de não haver o diálogo acima citado, acarreta, entre outras coisas, em “não considerarmos devidamente a geografia do social” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.8). Para romper com essa prática, é necessário que se considere o espaço geográfico como dimensão constitutiva do social, e para tanto, é importante o esforço “para recuperar a natureza e o espaço geográfico na análise social”, evitando qualquer tipo de redução naturalista. Dessa forma, compreendemos que “o espaço geográfico é constituído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.9), sendo também uma



criação social, que é sempre apropriado de acordo com a correlação de forças existentes na sociedade.

Outro ponto destacado por Porto-Gonçalves (2003) no que concerne a recuperação do diálogo entre a geografia e as ciências sociais, é a consideração do espaço geográfico e a natureza na análise social, na caracterização do sistema-mundo moderno colonial (Wallerstein, Quijano, Mignolo, entre outros) além do papel da natureza na sua constituição. Cabe pontuar que o sistema-mundo refere-se a um sistema, onde há conflitos e tensões entre grupos que se articulam para remodelação deste.

Ao nos referirmos a conflito, o consideramos enquanto parte integrante das relações sociais e de poder, podendo ser definido como enfrentamento de duas ou mais partes, possibilitando compreender as tensões e contradições existentes da organização espacial, política e social da sociedade. Destacamos que as relações sociais e o espaço são dimensões concretas que possuem interdependência, ou seja, as relações sociais produzem o espaço e nele se reproduzem. No que tange o conflito, podemos afirmar que não existe relação social sem a presença de conflitos, sendo este importante mecanismo para analisar a sociedade e o posicionamento dos sujeitos nela inseridos.

Para Souza (1989, p.140)

O Espaço não é um palco "neutro" em situação alguma, e sua materialidade - como, de resto, qualquer materialidade - exerce um certo condicionamento sobre os atores sociais, configurando uma dialética; não obstante, esse condicionamento relativo varia, em natureza e intensidade, conforme o tipo de relação social.

Como já sinalizado, o conflito ocorre no âmbito espacial, e é por esse motivo que se faz necessário analisá-lo levando em consideração a sua geograficidade, visto que os conflitos existem essencialmente no espaço. Ou seja, independente da natureza social e geográfica de um conflito, é preciso que este esteja inscrito no espaço. A inscrição do conflito no espaço implica em criação de estratégias espaciais, que dependem da organização, objetivos e capacidade de organização política e de ocupar um espaço, dando maior visibilidade e concretude as tensões na sociedade.

De acordo com Ramos (2003, p.5) “enquanto o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros”. Para a referida autora, as mudanças que ocorrem



no âmbito das relações sociais e de poder “têm nos conflitos sociais sua expressão privilegiada e, por meio deles, novas (co) relações de forças se instauram configurando *novos padrões de conflitividade* no contexto de uma dada formação social” (RAMOS, 2003, p.5).

Em relação ao que acima foi dito, Porto-Gonçalves (2003, p.19) afirma que “a conflitividade se revelaria, assim, rica de possibilidades teóricas e, porque não dizer, políticas. É nela que as bifurcações possíveis se tornam reais ou não”. Ramos (2016, p. 9) pontua que a “capacidade de se articular, construir mediações e alianças é uma qualidade crucial para que as ações e objetivos do movimento social sejam alcançadas”. Dessa forma, os conflitos sinalizam a capacidade de articulação e mobilização dos protagonistas, a resposta dada pela sociedade referente às reivindicações feitas, e a intensidade com a qual estas atingem a sociedade.

Cabe ressaltar que, para analisar os conflitos sociais, é preciso considerarmos os seguintes atributos destacados por Rodrigues (2015, p.249)

- 1) Os protagonistas: quem são aqueles que estão se colocando em movimento? O que pensam sobre si e sobre o mundo em que vivem? Quais as identidades produzidas (culturais, étnicas, políticas, espaciais etc.), qual a sua base social, sua formação enquanto classe?
- 2) Os motivos e objetivos – remetem às causas pelas quais as pessoas estão se mobilizando, seus objetivos e interesses. O que coloca as pessoas em movimento? Quais são as condições objetivas e subjetivas que mobilizam uma determinada coletividade? Quais são seus objetivos e projetos?
- 3) As formas de organização – como determinado ativismo se organiza, como ele se estrutura para alcançar seus objetivos.
- 4) Os tipos de manifestações e estratégias de ação – são as práticas, ações e estratégias desenvolvidas pelos ativismos para alcançar seus objetivos. Quais as estratégias espaciais utilizadas pelos protagonistas?
- 5) As escalas – possuem um duplo aspecto, de extensão, quando informa a área de abrangência e/ou ação de um ativismo, e de qualidade, que se refere à capacidade de articulação política e econômica e seu horizonte de luta política.

É importante sinalizar, que “protagonista é aquele que busca o princípio da ação, que toma a iniciativa, que se coloca explicitamente como produtor de vida, logo, de espaço e tempo, geografia e história”, além de ser “o centro de onde se iniciam as práticas e ações sociais”. De acordo com Ramos (2016, p.3-4) “uma vez que nas sociedades humanas existem inúmeros protagonistas, existem inúmeros centros de onde partem iniciativas que entram em relação umas com as outras constituindo uma gigantesca e infinita rede ou teia de relações sociais”.

A partir dessa análise, é possível identificar as formas de manifestação de resistência e organização dos sujeitos, que ao construírem identidades coletivas e compartilharem de um mesmo interesse, se organizam e constroem estratégias de luta, colocando em destaque o protagonismo social. Cabe destacar que todo processo sócio-espacial é desenvolvido em uma dada escala, seja ela local, regional, nacional ou global etc, e a escolha da escala do espaço a ser apropriado pelos protagonistas sociais, é algo relevante para a eficácia da ação coletiva. Não podemos deixar de mencionar também, que a escala não se restringe apenas a área em que determinado conflito ocorre, mas indica a sua importância política, econômica e cultural.

Segundo Santos (2006, p.51)

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra.

Além disso, Santos (2006) deixa claro que a noção de escala pode ser aplicada aos eventos de duas formas: a primeira seria referente a sua escala de origem, e a segunda acepção trataria da escala do impacto, da realização do evento propriamente dito. O autor ainda pontua que a escala de origem tem

como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar e a objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum.

No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno. Aliás, a palavra *escala* deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos. (SANTOS, 2006, p.99).

Dessa forma, podemos observar que existem ações que são capazes de ter efeitos “de abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes” (SANTOS, 2003, p.100).



A esse respeito, Ramos (2016, p.10) destaca a escala como mecanismo que nos permite refletir sobre o processo de formação e constituição dos movimentos sociais, visto que ao falarmos de “formas de organização e mobilização de determinada parcela da população que tem como objetivo algum grau de transformação da sociedade instituída, devemos apreender e identificar as escalas que nos permitem fazer a análise deste movimento”.

Além disso, para Ramos (2003, p.31) as formas de organização “são uma parte constitutiva fundamental dos protagonistas para identificarmos as possibilidades, potencialidades, limites e contradições entre o discurso e os objetivos e as práticas efetivas que constituem um movimento social”. Por esse motivo, fazer a “análise das formas de organização é um importante elemento para se apreender a dinâmica da construção e reprodução de um movimento social”.

Acreditamos que é a partir da manifestação, que os protagonistas tornam-se públicos e se apresentam para o conflito, que evidentemente terá desdobramentos e de forma alguma se encerra no momento da manifestação (RAMOS, 2003).

Em continuidade às considerações iniciais acerca da conflitividade sócio-espacial, é importante mencionarmos alguns aspectos sobre os movimentos sociais e ativismos sociais. Para Porto-Gonçalves (2003, p.20) os movimentos sociais são portadores

em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares. É por isso que o pensamento conservador, isto é, aquele que quer conservar a ordem social, chama os movimentos sociais de desordeiros, procurando assimilar a contestação da ordem que querem manter (da sua ordem) à desordem. Frequentemente chama-se de baderneiros aqueles que se movimentam buscando outras relações dos homens e mulheres entre si por meio das coisas.

Corroborando o que acima foi dito, concordamos com Ramos (2003, p.31) quando afirma que “a forma pela qual se constrói um movimento social é tão importante quanto seus objetivos, pois é na própria construção que são desenvolvidas as potencialidades transformadoras dos seus protagonistas”.



Em relação aos movimentos sociais Souza (2006, p.278) afirma que estes “seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos ‘paroquiais’”. Nestes, há o encaminhamento de reivindicações pontuais, sem uma devida articulação escalar, bem como sem interlocução com a conjuntura. (SOUZA, 2006).

Ao abordar sobre os ativismos, Souza (2006, p.278) pondera que estes são

ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (‘vandalismo de protesto’), saques e outras; e, como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies em sentido restrito, que tendem a atuar nos ‘corredores do poder estatal’, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não são propriamente públicas.

Acerca disso, Ramos (2016) destaca que não se deve subestimar ou desvalorizar as ações engendradas na sociedade que não são ativismos ou movimentos sociais, visto que estas ações permitem sinalizar os conflitos existentes na sociedade, pois são

práticas que demonstram e exprimem sentimentos não verbalizados ou sistematizados de revolta, dor, de percepção das desigualdades e injustiças; significam formas de se colocar em movimento para garantir determinadas conquistas ou direitos imediatos extremamente necessários à vida cotidiana, mas que não colocam em evidência a sociedade instituída. Estas práticas indicam que existem diversas *conflitividades sócio-espaciais*, que se expressam através dos conflitos. (RAMOS, 2016, p.3).

Além disso, Souza destaca que os conflitos tem no espaço a sua causa de existência, em sentido forte, ou fraco (SOUZA, 2006), ou seja, visualiza que os ativismos urbanos em sentido forte e em sentido fraco podem desdobrar-se e apresentar-se como movimentos propriamente ditos ou não, sendo estes de quatro tipos:

- 1) ‘Mero’ ativismo urbano em sentido fraco (por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo do ‘sindicalismo de resultados’, desinteressado de ou não sintonizado com uma crítica social ampla).
- 2) ‘Mero’ ativismo urbano em sentido forte (por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo).
- 3) Movimento social urbano em sentido fraco (por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos).
- 4) Movimento social urbano em sentido forte (por exemplo, um squatting movement capaz de costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um



novos tipos de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais).”
(SOUZA, 2006, p.281)

Desse modo, é importante analisarmos os conflitos, visto que os embates advindos deste nos permite analisar a formação de uma dada sociedade e a constituição desta enquanto espaço. Pois como é analisado por Lefebvre,

um grupo, uma classe ou uma fração de classe, só constitui-se e reconhece-se como sujeitos produzindo espaço. Os ideais, as representações, os valores que não conseguem inscrever-se no espaço, produzindo uma morfologia apropriada, dessecam-se em signos, resolvem-se em narrações abstratas, transformam-se em fantasmas. O investimento espacial, a produção do espaço, isso não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida e de morte” (LEFEBVRE, 1974, p. 478-479 apud MARTIN, 2002 p.18).

O espaço é então “cada vez mais ativo, tanto como instrumento quanto como objetivo, como meio e como fim. É assim que ele torna-se o trunfo principal das lutas e das ações apontando um objetivo, e o porquê dele suscitar sempre a contestação” (LEFEBVRE, 1974, p. 478-479 apud MARTIN, 2002 p.18).

Destarte, é a partir da manifestação que os protagonistas tornam-se públicos e se apresentam para o conflito, e assim, buscar a visibilidade para que o sentido daquela luta se torne pública e conhecida pela sociedade, é imprescindível.

Portanto, é necessário incorporar à análise geográfica a dimensão espacial dos conflitos sociais e seu viés político, destacando a escala em que se manifesta, a ordem espacial que afeta e que é afetado, além de destacar os lugares em que ele ocorre.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, podemos afirmar que não existe relação social sem a presença de conflitos, e enquanto manifestação concreta das relações sociais, o conflito é um importante mecanismo para analisar a sociedade e o posicionamento dos sujeitos nela inseridos.

Na análise dos conflitos, podemos identificar o grau e a capacidade de articulação e mobilização dos protagonistas, a resposta dada pela sociedade referente às reivindicações feitas, e a intensidade com a qual estas atingem a sociedade, ou seja, revela a capacidade de ocupar um espaço, para que assim haja uma maior visibilidade e consequentemente maior concretude dos tensionamentos na sociedade.



Na atualidade, com a fragilização/desmobilização das lutas coletivas, considera-se como uma estratégia o fortalecimento da organização do protagonismo, e por isso, faz-se necessário estudar os conflitos existentes, compreender sua gênese e historicidade, os sujeitos envolvidos, de modo que possamos visualizar a sua configuração sócio-espacial, elaborando um arcabouço teórico que contribua para o fortalecimento de processos de luta e resistência, em favor da desconstrução do discurso de criminalização dos movimentos sociais, visto que estes representam outras ordens sócio-espaciais que colocam em risco a existência da ordem hegemônica presente na sociedade.

Portanto, fazer o registro, documentar, sistematizar e fazer a análise dos conflitos possibilita a apreensão do cerne da ação social, por expressar elementos estruturais e conjunturais a partir de um ou mais eventos.

5 - REFERÊNCIAS

- MARTIN, Jean Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. Terra Livre São Paulo Ano 18, n. 19 p. 11-36 jul./dez. 2002.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. En publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. Breves considerações teóricas acerca da espacialidade dos ativismos sociais urbanos. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís/ MA - 24 a 30 de junho de 2016.
- _____. A geografia dos conflictos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y El Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003
- RODRIGUES, Glauco. Geografia histórica e ativismos sociais. Revista GeoTextos, vol. 11, n. 1, julho 2015. p. 241-268. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/12147/9734>>. Acesso em 05 de março de 2017.
- SANTOS, Milton,. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção . 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.



- _____. EM TORNO DE UM HÍFEN. Revista Formação, n.15 volume1 – p.159-161, s/a.
- _____. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política.RGB., Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 1 a 180, abr /jun. 1989.